

DE ACORDO COM O EDITAL N° 01/2026



POLÍCIA PENAL-RS

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PSICOLOGIA ANALISTA DA POLÍCIA PENAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





POLÍCIA PENAL - RS

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANALISTA DA POLÍCIA PENAL - PSICOLOGIA

EDITAL N° 01/2026

CÓD: OP-091MA-26
7908403594313

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	20
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	24
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	26
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal nº 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	28
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	31
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	34
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	36
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	40
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	45

Informática

1. Conhecimentos do sistema operacional Microsoft Windows 10: Área de Trabalho (Exibir, Classificar, Atualizar, Resolução da tela, Gadgets) e Menu Iniciar (Documentos, Imagens, Computador, Painel de Controle, Dispositivos e Impressoras, programa Padrão, Ajuda e Suporte, Desligar, Todos os programas, Pesquisar programa e Arquivos e Ponto de Partida): saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, classificar, ver as propriedades, identificar, usar e configurar, utilizando menus rápidos ou suspensos, painéis, listas, caixa de pesquisa, menus, ícones, janelas, teclado e/ou mouse; Propriedades da Barra de Tarefas, do Menu Iniciar e do Gerenciador de Tarefas: saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, identificar, usar, fechar programa e configurar, utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Janelas (navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas), Painel de Controle e Lixeira: saber exibir, alterar, organizar, identificar, usar e configurar ambientes, componentes da janela, menus, barras de ferramentas e ícones; usar as funcionalidades das janelas, programa e aplicativos utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Bibliotecas, Arquivos, Pastas, Ícones e Atalhos: realizar ações e operações sobre bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos: localizar, copiar, mover, criar, criar atalhos, criptografar, ocultar, excluir, recortar, colar, renomear, abrir, abrir com, editar, enviar para, propriedades e etc.; e Nomes válidos: identificar e utilizar nomes válidos para bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos	57
---	----

ÍNDICE

2.	Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Word: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões, incluindo número de páginas e palavras, erros de revisão, idioma, modos de exibição do documento e zoom; Documentos: abrir, fechar, criar, excluir, visualizar, formatar, alterar, salvar, configurar documentos, utilizado as barras de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os botões e ícones das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Correspondências, Revisão e Exibição, para formatar, personalizar, configurar, alterar e reconhecer a formatação de textos e documentos; e Ajuda: saber usar a Ajuda	78
3.	Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Excel: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões; Elementos: definir e identificar célula, planilha e pasta; saber selecionar e reconhecer a seleção de células, planilhas e pastas; Planilhas e Pastas: abrir, fechar, criar, visualizar, formatar, salvar, alterar, excluir, renomear, personalizar, configurar planilhas e pastas, utilizar fórmulas e funções, utilizar as barra de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os ícones e botões das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados, Revisão e Exibição, para formatar, alterar, selecionar células, configurar, reconhecer a formatação de textos e documentos e reconhecer a seleção de células; Fórmulas: saber o significado e resultado de fórmulas; e Ajuda: saber usar a Ajuda	82
4.	Google Chrome versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Google Chrome	86
5.	Mozilla Firefox versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Mozilla Firefox	90
6.	Microsoft Edge: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; identificar e usar as funcionalidades da barra de ferramentas e de status; identificar e usar as funcionalidades dos menus; identificar e usar as funcionalidades das barras de Menus, Favoritos, Botões do Modo de Exibição de Compatibilidade, Barra de Comandos, Barra de Status; e utilizar teclas de atalho para qualquer operação.....	92
7.	Microsoft Office 365 Outlook 2016: Contas de e-mail, endereços de e-mail, escrever, enviar, responder e encaminhar mensagens, destinatário oculto, arquivos anexos, organizar e selecionar mensagens recebidas. Importar e exportar mensagens. Funcionalidade dos menus, ferramentas e teclas de atalho.....	94
8.	Ferramentas de Inteligência Artificiais generativas	97

Raciocínio Lógico

1.	Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações	103
2.	Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica. Leis de De Morgan. Sentenças abertas e operações lógicas sobre sentenças abertas	106
3.	Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas.....	111
4.	Lógica de argumentação. Argumentos lógicos dedutivos e argumentos categóricos. Argumentação e dedução lógica	113
5.	Diagramas lógicos	117
6.	Identificação de padrões; sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras.....	118

ÍNDICE

Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional

1. Estrutura do Sistema Prisional. Conceito e objetivos do sistema prisional.....	125
2. Tipos de estabelecimentos prisionais: penitenciárias, casas de detenção, centros de recuperação e unidades de internação.....	129
3. Classificação de detentos por gravidade do crime e regime de cumprimento de pena: fechado, semiaberto e aberto.....	136
4. Organização administrativa do sistema prisional e papel da Polícia Penal	143
5. Legislação Aplicável Constituição Federal: direitos fundamentais do detento e princípio da dignidade da pessoa humana	147
6. Lei nº 7.210/1984 de Execução Penal: direitos e deveres do detento; classificação e tratamento penitenciário; trabalho e estudo no sistema prisional	152
7. Normas e portarias estaduais do Rio Grande do Sul sobre administração prisional: Lei Complementar nº 16.449/2025 (Estatuto da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul)	172
8. Decreto Estadual nº 57.389/2023 (Regulamenta a remoção dos servidores das carreiras vinculadas ao Instituto-Geral de Perícias, à Polícia Civil e à Polícia Penal)	185
9. Instrução Normativa nº 014/2023 GAB/SUP (Regulamenta o ingresso de visitas e materiais em Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Sul)	187
10. Instrução Normativa nº 019/2023 GAB/SUP (Estabelece normas gerais para o pagamento de diárias de viagens e os procedimentos a serem adotados no âmbito da Polícia Penal)	200
11. Instrução Normativa nº 001/2024 GAB/SUP (Institui o regulamento do material Bélico da Polícia Penal).....	200
12. Instrução Normativa nº 001/2025 GAB/SUP (Institui e orienta a realização de “televisitas” no âmbito da Polícia Penal) .	205
13. Instrução Normativa nº 002/2026 GAB/SUP (Estabelece os procedimentos relativos ao inventário, guarda, movimentações e baixa de bens patrimoniais no âmbito da Polícia Penal).....	205

Conhecimentos Específicos Analista da Polícia Penal - Psicologia

1. Ética profissional; Código de Ética do Psicólogo	215
2. Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.....	216
3. Resoluções da área da saúde produzidas pelo Conselho Nacional de Justiça	217
4. Psicopatologia; abordagens psicoterápicas; psicodiagnóstico e avaliação psicológica; psicologia do desenvolvimento; neuropsicologia; teorias da personalidade; psicologia organizacional e do trabalho; psicologia social e comunitária; saúde pública e saúde coletiva; diagnóstico clínico de acordo com a CID-10 e DSM-5-TR.....	219
5. Manuais de testes e instrumentos psicológicos validados pelo Conselho Federal de Psicologia por meio do SATEPSI	221
6. Legislação básica do Sistema Único de Saúde; princípios; diretrizes; organização.....	222
7. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: Portaria Interministerial nº 1 de 2014; diretrizes para a atenção à saúde no sistema prisional	235
8. Princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira.....	239
9. Resolução CNJ nº 487 de 2023; diretrizes para alternativas penais; tratamento ambulatorial e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais; política antimanicomial	241
10. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	246
11. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas; Regras de Mandela.....	258
12. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade; Regras de Bangkok	258

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENEIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

- **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

Características dos gêneros textuais:

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

- A função do gênero textual define seu propósito principal.
Ex.: Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

- Refere-se à organização típica do gênero.
Ex.: Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

- Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.

Ex.: Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

- Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

- Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.

Ex.: Um editorial escrito durante uma crise política reflete uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

- Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.

Ex.: Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

- **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.
- **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.
- **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo. O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

AMOSTRA

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► **O que é um fato?**

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

Ex.: “A Terra orbita ao redor do Sol.”

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ **Marcas linguísticas típicas de um fato:**

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

Ex.: “O Brasil é o maior exportador de café do mundo.”

▪ Presença de dados e números.

Ex.: “Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%.”

► **O que é uma opinião?**

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

Ex.: “O café brasileiro é o melhor do mundo.”

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ **Marcas linguísticas típicas de uma opinião:**

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

Ex.: “Este filme é incrivelmente emocionante.”

Presença de verbos de opinião ou crença, como “achar”, “acreditar”, “considerar”.

Ex.: “Eu acho que essa proposta é injusta.”

► **A relevância da distinção**

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

▪ **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

▪ **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.

▪ **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► **Exemplos práticos de distinção**

Notícia jornalística:

▪ **Fato:** “A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%.”

▪ **Opinião:** “Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia.”

Discurso publicitário:

▪ **Fato:** “Este carro possui um motor de 200 cavalos.”

▪ **Opinião:** “Este é o melhor carro da categoria.”

Como identificar e analisar fatos e opiniões

Verificar fontes:

▪ Um fato deve ter respaldo em fontes confiáveis e verificáveis.

Ex.: Dados fornecidos por instituições como IBGE ou ONU têm maior credibilidade.

Reconhecer marcadores subjetivos:

▪ Palavras como “excelente”, “terrível”, “justo” e “injusto” indicam opinião.

Considerar o gênero textual:

▪ Textos opinativos (editoriais, colunas de opinião) têm como objetivo persuadir, enquanto textos informativos (notícias, relatórios) priorizam a neutralidade.

Contextualizar informações:

▪ Um mesmo dado pode ser usado para apoiar diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é apresentado.

Compreender a distinção entre fato e opinião é uma habilidade indispensável para interpretar textos de forma crítica, identificar intencionalidades e avaliar a validade das informações. Essa capacidade é particularmente relevante em uma sociedade marcada pela sobrecarga informacional e pelo risco de manipulação discursiva, tornando o leitor mais apto a participar ativamente do debate público e a formar opiniões fundamentadas.

INTENCIONALIDADE DISCURSIVA E ANÁLISE DE IMPLÍCITOS

A intencionalidade discursiva e a análise de implícitos são conceitos centrais para compreender as nuances de sentido que um texto pode produzir. Esses aspectos refletem escolhas estratégicas do emissor para persuadir, informar, emocionar ou influenciar o receptor, muitas vezes de maneira sutil.

Segundo Eni Orlandi, o discurso é sempre intencional e situa-se em um contexto histórico, cultural e social, carregando significados explícitos e implícitos que requerem uma leitura crítica.

INFORMÁTICA

CONHECIMENTOS DO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 10: ÁREA DE TRABALHO (EXIBIR, CLASSIFICAR, ATUALIZAR, RESOLUÇÃO DA TELA, GADGETS) E MENU INICIAR (DOCUMENTOS, IMAGENS, COMPUTADOR, PAINEL DE CONTROLE, DISPOSITIVOS E IMPRESSORAS, PROGRAMA PADRÃO, AJUDA E SUPORTE, DESLIGAR, TODOS OS PROGRAMAS, PESQUISAR PROGRAMA E ARQUIVOS E PONTO DE PARTIDA): SABER TRABALHAR, EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, CLASSIFICAR, VER AS PROPRIEDADES, IDENTIFICAR, USAR E CONFIGURAR, UTILIZANDO MENUS RÁPIDOS OU SUSPENSOS, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, MENUS, ÍCONES, JANELAS, TECLADO E/OU MOUSE; PROPRIEDADES DA BARRA DE TAREFAS, DO MENU INICIAR E DO GERENCIADOR DE TAREFAS: SABER TRABALHAR, EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, IDENTIFICAR, USAR, FECHAR PROGRAMA E CONFIGURAR, UTILIZANDO AS PARTES DA JANELA (BOTÕES, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, CAIXAS DE MARCAÇÃO, MENUS, ÍCONES E ETC.), TECLADO E/OU MOUSE; JANELAS (NAVEGAÇÃO NO WINDOWS E O TRABALHO COM ARQUIVOS, PASTAS E BIBLIOTECAS), PAINEL DE CONTROLE E LIXEIRA: SABER EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, IDENTIFICAR, USAR E CONFIGURAR AMBIENTES, COMPONENTES DA JANELA, MENUS, BARRAS DE FERRAMENTAS E ÍCONES; USAR AS FUNCIONALIDADES DAS JANELAS, PROGRAMA E APLICATIVOS UTILIZANDO AS PARTES DA JANELA (BOTÕES, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, CAIXAS DE MARCAÇÃO, MENUS, ÍCONES E ETC.), TECLADO E/OU MOUSE; BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS: REALIZAR AÇÕES E OPERAÇÕES SOBRE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS: LOCALIZAR, COPIAR, MOVER, CRIAR, CRIAR ATALHOS, CRIPTOGRAFAR, OCULTAR, EXCLUIR, RECORTAR, COLAR, RENOMEAR, ABRIR, ABRIR COM, EDITAR, ENVIAR PARA, PROPRIEDADES E ETC.; E NOMES VÁLIDOS: IDENTIFICAR E UTILIZAR NOMES VÁLIDOS PARA BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

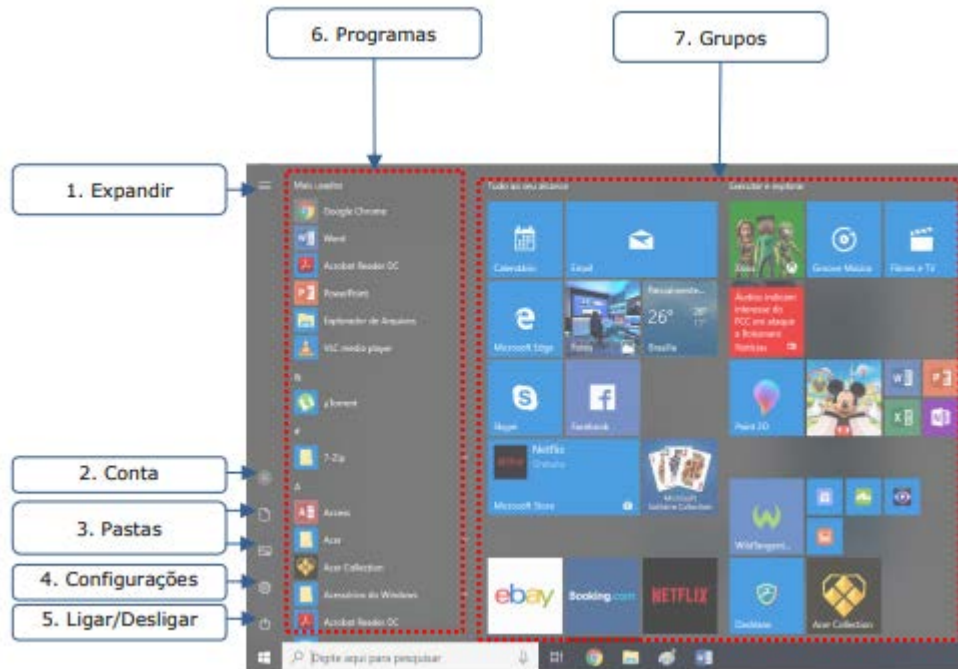
- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

AMOSTRA

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

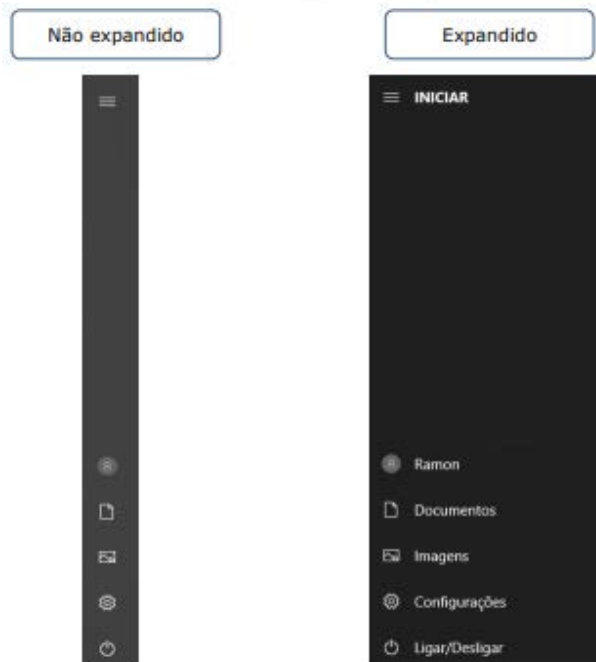
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELE-CER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- O médico é casado com Maria.
- Paulo é advogado.
- Patrícia não é casada com Paulo.
- Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo – Construir a tabela dos dados.** Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo – Construir a tabela gabarito.** Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

▪ **3º passo preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:**

AMOSTRA

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito. Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	



CONHECIMENTOS GERAIS RELATIVOS AO SISTEMA PRISIONAL

ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL. CONCEITO E OBJETIVOS DO SISTEMA PRISIONAL

O sistema prisional pode ser compreendido como o conjunto organizado de instituições, normas, estabelecimentos, agentes públicos, procedimentos e políticas responsáveis pela custódia, vigilância, assistência, disciplina e acompanhamento das pessoas privadas de liberdade. Ele não se limita ao espaço físico da prisão, pois envolve uma estrutura estatal mais ampla, formada por unidades penais, órgãos administrativos, servidores penitenciários, regras de execução penal, mecanismos de controle e programas voltados à reintegração social.

Em sentido jurídico e institucional, o sistema prisional está diretamente relacionado à execução das penas privativas de liberdade e das medidas de custódia determinadas pelo Poder Judiciário. Quando uma pessoa é presa provisoriamente ou condenada definitivamente a cumprir pena em regime fechado, semiaberto ou, em certas situações, submetida a restrições específicas de liberdade, o Estado assume a responsabilidade de custodiar essa pessoa conforme a lei. Essa custódia, contudo, não autoriza tratamento arbitrário, degradante ou desumano. Pelo contrário, a privação de liberdade deve ocorrer dentro de limites legais, respeitando a dignidade da pessoa humana e os direitos que não foram atingidos pela decisão judicial.

Assim, o sistema prisional possui dupla natureza: é, ao mesmo tempo, instrumento de controle estatal e espaço de execução de direitos e deveres. De um lado, serve para garantir o cumprimento de decisões judiciais, preservar a ordem pública e impedir fugas ou novas práticas criminosas durante o período de custódia. De outro, deve oferecer condições mínimas para que a pena seja cumprida de forma legal, organizada e orientada à reinserção social.

► **Relação entre sistema prisional, execução penal e segurança pública**

O sistema prisional integra o campo da segurança pública, mas possui características próprias. Enquanto as polícias atuam predominantemente na prevenção imediata, investigação e repressão de infrações penais, o sistema prisional atua em etapa posterior ou paralela à persecução penal, especialmente quando há prisão cautelar ou condenação criminal. Sua função é manter sob custódia pessoas privadas de liberdade por ordem judicial, garantindo segurança, disciplina e observância da legislação penal e processual.

A execução penal é o ramo que organiza juridicamente o cumprimento da pena e das medidas impostas ao condenado ou preso provisório. É por meio dela que se definem direitos, deveres, benefícios, sanções disciplinares, regimes de cumprimento de pena, assistência material, saúde, educação, trabalho

e acompanhamento judicial. Desse modo, o sistema prisional é a estrutura material e administrativa que torna possível a execução penal no cotidiano.

Essa relação pode ser entendida de forma mais clara a partir de três dimensões complementares:

- A dimensão judicial envolve as decisões do Poder Judiciário sobre prisão, condenação, progressão de regime, livramento condicional, remição de pena, sanções e benefícios previstos em lei.
- A dimensão administrativa compreende a gestão das unidades prisionais, a atuação dos servidores penitenciários, a organização das rotinas internas, a segurança, a disciplina e a prestação de assistências.
- A dimensão social refere-se à finalidade de preparar a pessoa privada de liberdade para o retorno ao convívio social, reduzindo a reincidência e favorecendo a reconstrução de vínculos familiares, profissionais e comunitários.

Portanto, o sistema prisional não deve ser visto apenas como local de isolamento. Ele é parte de uma engrenagem institucional maior, que envolve Justiça Criminal, segurança pública, políticas sociais e garantia de direitos fundamentais.

► **Finalidade institucional do sistema prisional**

A finalidade institucional do sistema prisional consiste em executar, de maneira legal e controlada, a privação de liberdade determinada pelo Estado. Essa finalidade envolve proteger a sociedade, assegurar o cumprimento da pena ou da prisão provisória e criar condições para que a pessoa custodiada possa, gradualmente, retornar ao convívio social.

A prisão, em um Estado Democrático de Direito, não pode ser compreendida como vingança estatal. A pena possui caráter sancionatório, pois representa uma resposta jurídica à prática de uma infração penal, mas também deve possuir finalidade preventiva e ressocializadora. Isso significa que o sistema prisional deve buscar impedir a continuidade da prática criminosa durante a custódia, desestimular novas infrações e oferecer oportunidades de mudança de trajetória.

A finalidade institucional do sistema prisional também exige equilíbrio entre segurança e humanidade. A segurança é indispensável para evitar fugas, rebeliões, violência interna, entrada de objetos ilícitos e atuação de organizações criminosas dentro das unidades. Entretanto, a segurança não elimina a obrigação estatal de garantir alimentação, saúde, higiene, integridade física, assistência jurídica, educação, trabalho e respeito à dignidade da pessoa presa. A pessoa privada de liberdade perde, temporariamente, o direito de ir e vir, mas não perde sua condição de sujeito de direitos.

AMOSTRA

► Diferença entre prisão, pena, custódia e estabelecimento penal

Para compreender corretamente a estrutura do sistema prisional, é importante distinguir alguns conceitos próximos, mas não equivalentes. Essa diferenciação evita confusões comuns e permite entender melhor o funcionamento da execução penal.

- Prisão é a restrição ou privação da liberdade de uma pessoa por ordem legal ou judicial, podendo ocorrer antes da condenação definitiva, como nas prisões provisórias, ou após a condenação.
- Pena é a consequência jurídica imposta ao condenado pela prática de uma infração penal, podendo envolver privação de liberdade, restrição de direitos ou pagamento de multa, conforme o caso.
- Custódia é o dever estatal de guardar, vigiar, proteger e controlar a pessoa privada de liberdade, garantindo que ela permaneça à disposição da Justiça e tenha seus direitos preservados.
- Estabelecimento penal é o local físico destinado ao cumprimento da prisão ou da pena, como penitenciárias, presídios, cadeias públicas, colônias penais, casas de albergado e hospitais de custódia, conforme a finalidade prevista.

Esses conceitos se articulam no funcionamento prático do sistema. Uma pessoa pode estar presa provisoriamente sem ainda cumprir pena definitiva; pode estar condenada e, portanto, submetida à execução penal; pode estar sob custódia estatal em determinado estabelecimento penal; e pode cumprir a pena em regime específico, conforme decisão judicial. A compreensão dessas diferenças é essencial para analisar a estrutura prisional com precisão técnica e visão institucional.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA PRISIONAL

► Órgãos e instituições que compõem o sistema prisional

A estrutura organizacional do sistema prisional é formada por um conjunto de órgãos, instituições e agentes públicos responsáveis por planejar, administrar, fiscalizar e executar a custódia das pessoas privadas de liberdade. Essa estrutura não funciona de maneira isolada, pois depende da atuação articulada entre Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos de fiscalização, órgãos de segurança pública e entidades responsáveis por políticas sociais.

No plano administrativo, a gestão cotidiana do sistema prisional costuma ser atribuição do Poder Executivo, especialmente por meio das secretarias estaduais responsáveis pela administração penitenciária, justiça, segurança pública ou áreas equivalentes. Essas secretarias organizam unidades prisionais, definem protocolos de segurança, administram servidores, supervisionam contratos, coordenam escoltas, controlam vagas, promovem políticas de assistência e executam programas de educação, trabalho e saúde no ambiente prisional.

O Poder Judiciário exerce papel essencial na execução penal, pois acompanha a legalidade da prisão, decide sobre benefícios, fiscaliza o cumprimento da pena, analisa pedidos de progressão de regime, livramento condicional, remição e aplicação de sanções disciplinares de maior impacto. O Ministério Público atua na fiscalização da lei e pode requerer providências para correção

de irregularidades. A Defensoria Pública, por sua vez, é indispensável para garantir assistência jurídica às pessoas presas que não possuem advogado constituído.

Além desses órgãos, conselhos penitenciários, conselhos da comunidade, corregedorias, ouvidorias e mecanismos de inspeção contribuem para o controle externo e social do sistema. Essa rede institucional existe porque a prisão concentra grande poder estatal sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade, exigindo fiscalização permanente, transparência e respeito aos limites legais.

► Estabelecimentos penais e suas funções

Os estabelecimentos penais são os espaços físicos destinados à custódia, ao cumprimento de pena, à internação, ao tratamento ou ao recolhimento de pessoas privadas de liberdade. Cada tipo de estabelecimento deve corresponder à situação jurídica da pessoa presa, ao regime de cumprimento da pena e às necessidades administrativas e legais da execução penal.

A correta organização dos estabelecimentos é fundamental para evitar violações de direitos e problemas de segurança. Quando presos provisórios são mantidos junto de condenados definitivos, quando pessoas de regimes diferentes permanecem no mesmo espaço ou quando presos com perfis incompatíveis são colocados em convivência direta, aumentam os riscos de violência, aliciamento criminal, conflitos internos e agravamento da vulnerabilidade individual.

De modo didático, os principais estabelecimentos penais podem ser compreendidos a partir de suas finalidades específicas:

- A penitenciária destina-se, em regra, ao cumprimento da pena em regime fechado, sendo estruturada para maior controle de circulação, vigilância e segurança interna.
- A colônia agrícola, industrial ou similar relaciona-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto, permitindo maior vinculação com atividades de trabalho, disciplina e preparação gradual para a liberdade.
- A casa do albergado é destinada ao regime aberto e a determinadas penas restritivas, baseada em maior senso de responsabilidade do condenado e menor contenção física.
- A cadeia pública ou estabelecimento equivalente costuma receber presos provisórios, isto é, pessoas ainda não condenadas definitivamente, que permanecem à disposição da Justiça.
- O hospital de custódia e tratamento psiquiátrico atende pessoas submetidas a medida de segurança, especialmente quando há necessidade de tratamento em razão de transtorno mental relacionado à prática do fato penal.

A existência de diferentes tipos de estabelecimentos demonstra que o sistema prisional não deve tratar todas as pessoas presas de forma uniforme. A estrutura deve considerar regime, situação processual, periculosidade, saúde, gênero, idade, vulnerabilidade e demais critérios relevantes para a segurança e para a legalidade da custódia.

► Classificação das unidades prisionais e separação dos presos

A classificação das unidades prisionais e a separação adequada das pessoas custodiadas são instrumentos centrais para a organização do sistema. Essa separação não é apenas uma medida administrativa; ela possui fundamento jurídico, humanitário e de segurança. Sua finalidade é impedir que pessoas em situações

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista da Polícia Penal - Psicologia

ÉTICA PROFISSIONAL; CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO

O Código de Ética do Psicólogo é fruto de um processo democrático conduzido entre 2003 e 2005, articulado a partir de debates em fóruns regionais e nacionais, especialmente o II Fórum Nacional de Ética. Foi elaborado com ampla participação da categoria profissional e da sociedade civil, refletindo o espírito da Constituição Federal de 1988 e os direitos humanos como fundamentos éticos centrais.

► Base legal

Aprovado pela Resolução CFP nº 010/2005, com entrada em vigor em 27 de agosto de 2005, o Código revogou a Resolução anterior (nº 002/87). Ele está amparado pela Lei nº 5.766/1971, que rege o Conselho Federal de Psicologia, e pelo Decreto nº 79.822/1977.

ESTRUTURA GERAL DO CÓDIGO

O documento está organizado de forma sistemática, sendo dividido em blocos temáticos que orientam o exercício profissional:

- Apresentação
- Princípios Fundamentais
- Das Responsabilidades do Psicólogo
- Das Disposições Gerais
- Anexos com composição dos plenários responsáveis pela elaboração

APRESENTAÇÃO E OBJETIVO

► Natureza reflexiva e normativa

O Código busca ser mais do que um conjunto de regras — é um instrumento de reflexão ética. Estimula o psicólogo a considerar constantemente o impacto social de sua atuação e os limites da profissão. Seu objetivo é garantir padrões éticos que sustentem o reconhecimento social da Psicologia como ciência e profissão.

► Funções principais

- Estabelecer diretrizes para o exercício profissional
- Promover a cidadania e os direitos humanos
- Proporcionar balizas para julgamentos éticos
- Contribuir com a formação acadêmica e a prática profissional contínua

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O Código estabelece sete princípios éticos que devem nortear todas as práticas profissionais do psicólogo, como:

1. Respeito à dignidade, liberdade, igualdade e integridade do ser humano
2. Promoção da saúde e da qualidade de vida
3. Responsabilidade social e análise crítica da realidade
4. Aprimoramento contínuo da prática profissional
5. Democratização do conhecimento psicológico
6. Dignidade no exercício profissional
7. Consciência crítica sobre as relações de poder nos contextos de atuação

CONTEÚDO TÉCNICO E ÉTICO

► Deveres do psicólogo

O Código detalha o que é esperado dos profissionais quanto à responsabilidade técnica, postura ética, atuação em contextos de emergência, confidencialidade, sigilo profissional, relações com colegas, uso de técnicas psicológicas, entre outros aspectos.

► Vedação de condutas

Inclui uma lista de condutas proibidas, como:

- Discriminação e negligência
- Influência ideológica indevida
- Uso indevido de técnicas psicológicas
- Interesses pessoais que prejudiquem usuários
- Divulgação indevida na mídia

DISPOSIÇÕES GERAIS E PENALIDADES

O Código prevê punições para as infrações éticas, que vão desde advertência verbal até a cassação do exercício profissional, dependendo da gravidade da infração. Também estabelece os procedimentos para dúvidas interpretativas e futuras alterações no texto, conferindo flexibilidade à sua aplicação ao longo do tempo.

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

AMOSTRA

Caso prefira, também é possível acessar o arquivo diretamente pelo link abaixo. Para isso, é necessário copiar e colar o link em seu navegador: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

Bons estudos!

RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

NATUREZA JURÍDICA E FUNÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CFP

► Função normativa das resoluções profissionais

As resoluções do Conselho Federal de Psicologia são atos normativos que orientam, regulamentam e organizam o exercício profissional da Psicologia no Brasil. Elas não existem apenas como textos administrativos, mas como instrumentos que traduzem princípios éticos, técnicos e institucionais em regras aplicáveis à prática cotidiana. Por meio delas, o CFP estabelece parâmetros para condutas profissionais, produção de documentos, avaliação psicológica, atendimento psicológico, uso de tecnologias, publicidade profissional e outras dimensões relevantes da atuação de psicólogas e psicólogos.

Essas resoluções cumprem uma função essencial: dar concretude às responsabilidades profissionais. A Psicologia lida com aspectos sensíveis da vida humana, como sofrimento psíquico, subjetividade, relações familiares, processos educacionais, vínculos de trabalho, conflitos institucionais, saúde mental e direitos fundamentais. Por isso, a atuação profissional não pode depender apenas da interpretação individual de cada profissional. É necessário que existam normas gerais que indiquem limites, deveres e critérios mínimos de qualidade técnica e ética.

► Diferença entre resoluções, leis e códigos profissionais

As resoluções do CFP não substituem as leis brasileiras, mas atuam dentro do espaço de regulamentação profissional atribuído ao sistema conselhos. A lei possui hierarquia superior e é produzida pelo Poder Legislativo ou por outros órgãos competentes do Estado. Já as resoluções são normas infralegais, isto é, normas que devem respeitar a Constituição, as leis e os demais atos jurídicos superiores, mas que têm força obrigatória no campo profissional que regulamentam.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo também possui papel central nesse sistema. Ele reúne princípios, deveres e vedações que orientam a conduta ética da categoria. As resoluções, por sua vez, detalham situações específicas e estabelecem procedimentos mais concretos. Assim, enquanto o Código de Ética apresenta fundamentos gerais, as resoluções indicam formas de aplicação em temas determinados.

Exemplos de diferenças práticas

- Uma lei pode reconhecer a profissão, definir competências gerais ou estabelecer direitos e deveres amplos.
- O Código de Ética orienta a conduta profissional com base em princípios como responsabilidade, sigilo, dignidade humana e respeito aos direitos fundamentais.

- Uma resolução pode definir regras específicas sobre elaboração de documentos psicológicos, avaliação psicológica ou prestação de serviços psicológicos por tecnologias digitais.

► Obrigatoriedade das resoluções para psicólogas e psicólogos

As resoluções do CFP são obrigatórias para profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Psicologia. Isso significa que não funcionam como simples recomendações facultativas. Quando uma resolução estabelece critérios, limites ou procedimentos, o profissional deve observá-los em sua prática. O descumprimento pode gerar questionamentos éticos, administrativos e disciplinares, especialmente quando a conduta causar prejuízo a pessoas atendidas, instituições ou à credibilidade da profissão.

A obrigatoriedade decorre da própria organização da profissão. O sistema conselhos tem a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional. Desse modo, as resoluções servem como referência para avaliar se determinada prática está de acordo com os parâmetros técnicos e éticos esperados. Elas também protegem a sociedade, pois reduzem riscos de atuações improvisadas, abusivas, discriminatórias ou tecnicamente frágeis.

► Impactos das resoluções na atuação cotidiana

Na prática profissional, as resoluções influenciam decisões frequentes. Ao elaborar um relatório, laudo, parecer ou declaração, o profissional precisa observar regras sobre finalidade, linguagem, fundamentação, sigilo e responsabilidade técnica. Ao realizar uma avaliação psicológica, deve considerar critérios de validade dos instrumentos, finalidade da avaliação, condições de aplicação e limites interpretativos. Ao divulgar serviços, deve evitar promessas de resultado, exposição indevida de pessoas atendidas ou uso de estratégias sensacionalistas.

Portanto, conhecer as resoluções do CFP não é apenas uma exigência formal. Trata-se de uma condição para atuar com segurança, responsabilidade e qualidade. O profissional que domina essas normas consegue tomar decisões mais consistentes, proteger melhor as pessoas atendidas e reduzir riscos éticos em sua atuação.

PRINCIPAIS CAMPOS REGULADOS PELAS RESOLUÇÕES DO CFP

► Avaliação psicológica

A avaliação psicológica é um dos campos mais regulados pelas resoluções do Conselho Federal de Psicologia, pois envolve procedimentos técnicos que podem produzir efeitos relevantes na vida das pessoas. Ela pode ser utilizada em diferentes contextos, como saúde, educação, trabalho, trânsito, porte de arma, orientação profissional, processos judiciais e outras situações que exigem análise psicológica fundamentada. Por esse motivo, as resoluções buscam garantir que a avaliação seja realizada com rigor, responsabilidade e respeito à dignidade da pessoa avaliada.

Nesse campo, as normas orientam o uso adequado de métodos, técnicas e instrumentos psicológicos. O profissional deve considerar a finalidade da avaliação, o contexto em que ela ocorre, as condições da pessoa avaliada e os limites dos instrumentos



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

